

CIDADES FRACTAIS: AS FRONTEIRAS URBANAS E SUAS CORRELAÇÕES COM A VIOLÊNCIA URBANA. ESTUDO DE CASO DA CIDADE DE RIO CLARO/SP

José Gustavo Viégas Carneiro – PG Geografia/IGCE/UNESP/Rio Claro-SP

Maria Cecília Vecchiato Saenz Carneiro – DEMAC/IGCE/UNESP/Rio Claro-SP

RESUMO

O sistema capitalista adotou em escala mundial o processo de gentrificação para valorizar espaços urbanos e estrategicamente transformá-los em lucrativas mercadorias. Surgem as cidades fractais que ampliam as discussões sobre o conceito de fronteira, em especial, no espaço urbano. A gentrificação é vista como uma nova fronteira urbana que em muitas cidades acentuam a violência urbana, como vem ocorrendo na cidade de Rio Claro/SP.

Palavras-chaves: fronteiras urbanas, cidade fractal, gentrificação, violência urbana, sistema capitalista.

INTRODUÇÃO

Dialeticamente, a violência e a criminalidade são fenômenos sociais circunscritos num contexto histórico e geográfico que não devem ser vistos como totalidades em si. Somente é possível compreendê-los de forma crítica se os inserirmos num recorte pertencente a um processo mais abrangente, composto de todas as relações sociais existentes numa sociedade e que ocorrem num espaço/tempo. A totalidade é “a percepção da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a sua relação com o conjunto” (LÖWY, 1985, p.16).

O território urbano é delimitado por fronteiras, outrora, compreendido como o recuo da natureza hostil para criar espaços habitáveis, conseqüentemente, a progressiva dominação do mundo físico (SMITH, 2007, p. 15). Atualmente, a compreensão de “fronteiras urbanas” se correlaciona com o processo de *gentrificação*, como adiante analisaremos.

O conceito de território, em geografia, foi primeiramente utilizado por Ratzel para significar a “expressão legal e moral do Estado, as conjunções do solo e do

povo, na qual se organiza a sociedade” (RATZEL apud GALVÃO et al, 2009, p. 33). Avançou Raffestin (1993, p. 17-22) para externar sua crítica no sentido de que “o poder político é congruente a toda a forma de organização. Ora, a geografia política, no sentido estrito do termo, deveria levar em consideração as organizações que se desenvolvem num quadro espaço-temporal que contribuem para organizar ou [...] para desorganizar” (RAFFESTIN, 1993, p. 18). Com aportes teóricos de Foucault relacionou o poder para muito além do Estado, cujas dimensões são multidimensionais por incluir também as práticas e relações cotidianas da sociedade.

A ideia central de Raffestin (1993) é de que em cada espaço encontramos ritmos diferenciados de tempo, conseqüentemente, o “desenvolvimento” não atinge instantaneamente a todos os lugares.

O poder se articula nas diferentes escalas. Em nível global o sistema capitalista impõe na escala local decisões de seu interesse. O sistema territorial de uma cidade, com suas inúmeras dinâmicas e com desenvolvimentos desiguais, se articulam em diferentes escalas, resultando em contradições sociais que resultam em processos de integração e de segregação no espaço interurbano, cuja centralidade encontra-se nos conflitos entre “riqueza-poder” e as periferias. Na multidimensionalidade do poder fica evidente que inúmeras organizações (financeiras, comerciais, educacionais...), estrategicamente atuam no sentido de canalizar, bloquear, domesticar as relações que acontecem num determinado espaço, e “criam um espaço de visibilidade no qual o poder vê, sem ser visto” (RAFFESTIN, 1993, p. 39). O pensamento geográfico elaborado por Raffestin (1993) sobre o território resultou na sua teoria sobre o *sistema territorial* em que as dinâmicas territoriais são instituídas pelos diversos atores ao repartir suas superfícies em malhas/nós que estruturam as redes econômicas, políticas e culturais entre os territórios, conseqüentemente, permitindo que as “tessituras, nós e redes que podem ser muito diferentes de uma sociedade para outra, mas estão sempre presentes” (RAFFESTIN, 1993, p. 151).

Estas contradições acentuam a beligerância social no espaço urbano o que tem levado os Estados-nacionais a priorizar as ações repressivas para impedir que os “inimigos” nãoousem a transpor as fronteiras do consumo, o que levou Wacquant (2001, p.7) a denominar estes Estados como sendo um “Estado-policial”. “As novas imagens da cidade não estão mais associadas à utopia liberal da liberdade e da segurança, seja no Rio de Janeiro ou em São Paulo, e as pessoas estão perdendo

as velhas virtudes cívicas - civilidade, segurança, tato e confiança” (ZALUAR, 2000, p.251).

As relações entre as estruturas de poder e as formas de organização do espaço, para Lacoste (1988, p. 49), acabam sendo massacrantes para aqueles que não estão no poder. Romper essas relações de dominação exige o despertar do sono onírico às classes sociais excluídas de informações (mesmo as confusas e a parciais) dotando-os de conhecimento que lhes permitam também a ler e interpretar uma carta (não só a geográfica). São “fronteiras urbanas” excludentes que devem ser transpostas para garantir ao espaço urbano um sistema territorial que valoriza o espaço público e uma melhor sociabilidade dos seus habitantes.

A violência urbana e a produção do espaço urbano

Sampaio (2011) defende a concepção teórica de que a violência urbana tem relações diretas com a (re)produção do espaço urbano. Portanto, a leitura da violência urbana não deve se prender tão somente num contexto único e muito menos vincular a noção de identidade da criminalidade como sendo o espaço de manifestação de um crime, visão demasiadamente restritiva, considerando que a violência urbana tem raízes na produção capitalista do espaço, por meio dos processos de urbanização.

A desigualdade social é um processo fomentado pelo capitalismo para garantir a sua sobrevivência. Segundo Sampaio (2011), o *apartheid sul-africano* tem implicações mais étnico, porém, sem desprezar os seus componentes econômicos. Fronteiras internas existem dentro dos guetos, com espaços territoriais ocupados por pessoas mais ricas e outros por pobres, a semelhança do que ocorre nas favelas brasileiras.

O conceito de violência urbana, com suas inúmeras dificuldades conceituais, levou Sampaio (2011) a apresentar uma crítica por meio de uma inversão analítica que fosse além da noção de criminalidade para desvendar a violência que se articula com os processos de produção do espaço urbano e de reprodução das relações sociais, enveredando sua pesquisa para os processos de urbanização que, segundo ela, são essencialmente violentos.

Sampaio (2011) ao fazer aquela inversão do olhar teórico para focar a segregação socioespacial e a expropriação da terra como exitosa tática utilizada

pelo processo capitalista, revelou que o planejamento do espaço urbano nunca deixou de ser a extensão das relações de troca capitalista que já trás um componente intrínseco - a violência. Sampaio (2011) também defende uma posição teórica de que a violência urbana não pode e não deve ser enfocada como a criminalização clássica da violência e, portanto, inverteu sua leitura pela ótica da urbanização capitalista.

Por sua vez, as operações urbanísticas – regulamentadas pelo arcabouço legal, instituem e impõem padrões urbanísticos, com seus gabaritos e posturas urbanas, parcelando o solo urbano e selecionando seus proprietários para atender os interesses político-econômicos locais. A reflexão dos padrões urbanísticos atuais - com viés preponderante na segurança e no embelezamento de bairros/condomínios, com as decorrentes valorizações comerciais, se apresenta oportuna. Como instrumentos estratégicos, os padrões urbanísticos participam decisivamente nos processos de isolamento e de distanciamento entre as pessoas, cujas consequências perceptíveis são a exacerbação do individualismo e a segregação socioespacial, sutis formas de violência urbana. Estes processos de urbanização do sistema capitalista não permitem que vetores fundamentais à construção de solidariedades sejam materializados, portanto, esteticamente devem ser produzidas as formas espaciais que promovam a segregação, a homogeneidade e a monotonia (CALDEIRA, 2003). São ingredientes sutis da barbárie contemporânea. Marx escreveu em 1847 que “a barbárie reapareceu, mas desta vez ela é engendrada no próprio seio da civilização e é parte integrante dela. É a barbárie leprosa, a barbárie como lepra da civilização” (LÖWY, 2000, p. 46).

Neste contexto, criticamos os abundantes discursos geográficos sobre como “rearranjar”o território – “aménagement do território”que primam – na maioria das vezes - na tática de sempre *remar a favor da correnteza*, mascarando as realidades para atender tão somente os arranjos produtivos capitalistas.

O processo de gentrificação e as fronteiras urbanas

A *gentrificação* é um processo, para parcela representativa dos estudiosos do urbanismo, de caráter excludente e privatizador. Seu objetivo é de transformar espaços urbanos degradados, com ou sem intervenção governamental, atraentes ao grande capital e aos interesses especulativos do setor imobiliário. Na prática, o

aburguesamento desses espaços urbanos promove a sua re-capitalização através de suas valorizações imobiliárias. Smith (1996), em seu ensaio *The new urbanfrontiers: gentrificationandtherevanchistcity*, foi dos pioneiros a analisar o referido processo e caracterizando-o como um fenômeno social presente nas cidades contemporâneas.

A recuperação do valor imobiliário das regiões urbanas degrada passou a ser uma estratégia em escala global do sistema capitalista. No Brasil, a gentrificação passou a designar o “enobrecimento urbano” que para muitos não deixa de ser um processo de *higienização social* ou de *limpeza social* marcado por abusos cometidos contra as populações pobres tradicionalmente residentes naquelas áreas degradadas. Quando apoiado pelo poder público se transformam em políticas públicas denominadas de “revitalização”, “requalificação”, “renovação”, cuja essência é marcada por uma estética do caos que exige a destruição do “antigo” para que seja ocupado pelo “novo”, além de deslocar a população original por sutis processos expropriatórios para locais distantes, viabilizando atrair novos habitantes de mais alta renda para recuperar as atividades econômicas daquele local – agora aburguesado. O planejador urbano se transforma em *planejadores-empreendedores* (ARANTES et al, 2002).

Como já dito, o processo de *gentrification* é uma estratégia urbana de incidência global que cumpre os interesses de um circuito global de circulação de capitais, *para uma escala em que o capital produtivo detém uma precedência nítida* (SMITH, 2005). Este processo impõe “políticas urbanas excludentes e perversas” (ANTUNES, 2006).

As raízes dos argumentos teóricos do processo de gentrificação encontram-se nos teóricos urbanos

“que punham em evidência a influência maléfica e a decadência urbana, o mal-estar social na patologia da vida urbana; em resumo, a cidade infernal (BANFIELD, 1968). A cidade se torna um lugar selvagem, ou pior, uma selva (LONG, 1971; STERNLIEB, 1971; ver também CASTELLS, 1976a)”. Consequentemente, o processo de gentrificação desloca “a imagem urbana de lugar selvagem para a ideia de fronteira”, ou seja, “a barbárie dá lugar à fronteira quando a conquista está em curso [...] que pode ser identificada nas origens da renovação urbana” (SMITH, 2007, p. 16).

Neste contexto, Smith (2007, p. 17) relaciona o processo de gentrificação com a de fronteira, visto que percebe uma

“combinação evocativa das dimensões econômica e espacial do desenvolvimento”, avançando para concluir que “a potência da imagem de fronteira depende da sutileza presente nesta combinação do econômico com o espacial”.

No que diz respeito à base espacial, a expansão econômica ocorre hoje por meio da expansão geográfica absoluta, mas pela diferenciação interna do espaço do espaço geográfico (SMITH, 1992). A produção atual do espaço ou do desenvolvimento geográfico é, portanto, um processo acentuadamente desigual. A gentrificação, a renovação urbana e o mais amplo e complexo processo de reestruturação urbana são todos parte da diferenciação do espaço geográfico na escala urbana; e, embora estes processos tenham sua origem em um período anterior à atual crise econômica mundial, sua função hoje é reservar uma pequena parte do substrato geográfico para um futuro período de expansão (SMITH, 1984). E assim como no caso da fronteira original, a mitologia afirmam ser a gentrificação um processo liderado por pioneiros e proprietários individuais cujo suor, ousadia e visão estão preparando o caminho para aqueles, entre nós, que são mais temerosos (SMITH, 2007, p. 18).

Porém, Smith apresenta uma crítica de que *“os bancos, as incorporadoras, o Estado e outros atores econômicos coletivos geralmente chegam antes”* e que *“overdado processo de gentrificação presta-se a tal abuso cultural da mesma forma que ocorreu com a fronteira original”*, referindo-se a conquista do oeste dos Estados Unidos da América do Norte. Para aquele geógrafo a gentrificação não passa de uma *“fronteira urbana”* que atende um programa político e econômico calcado na reestruturação urbana de acordo com os interesses do capital.

Podemos afirmar que a reestruturação da economia espacial urbana é um produto do desenvolvimento desigual do capitalismo ou da operação de um rent gap; que ela é o resultado de uma economia de serviços em processo de desenvolvimento ou de mudança nas preferências por estilos de vida; que esta reestruturação é resultado da suburbanização do capital ou da desvalorização do capital investido no ambiente construído. [...] esta reestruturação do espaço se apresenta como um componente imediato de uma ampla reestruturação social e econômica das economias capitalistas avançadas. Determinado ambiente construído expressa uma organização específica da produção e reprodução, do consumo e da circulação, e conforme esta organização se modifica, também se modifica a configuração do ambiente construído. [...] Em resumo, há sobreposições de arranjos regionais e internacionais que complicam as configurações urbanas (SMITH, 2007, p. 19-20).

Para Smith (2007, p. 18-21) a fronteira urbana é apenas uma dentre várias fronteiras existentes, considerando que a diferenciação interna do espaço geográfico ocorre em diferentes escalas, porém, não a deixa de ser, antes de tudo, uma fronteira no sentido econômico. “A taxa de lucro varia conforme a localização, e na escala urbana como tal, o indicador econômico que diferencia um local de outro é a renda da terra”. Esta condicionante que leva ao desenvolvimento de atividades industriais, comerciais, residenciais, serviços, recreacionais, cruciais nos níveis de renda da terra nas áreas centrais e nas áreas suburbanas.

Também os novos usos do solo são fundamentais para o *redesenvolvimento*, como aconteceu com os armazéns do Porto da cidade de Recife que foram transformados num “*porto tecnológico*” em que são depositadas e desenvolvidas valiosas mercadorias virtuais, promovendo um *rent gap* daquele espaço urbano. São fronteiras urbanas que recebem influência de uma escala global que atenda os interesses do capital internacional. As fronteiras urbanas que abrigam avançadas tecnologias, no contexto da acumulação de capital, não deixam de ser uma centralização original do capital em “aglomerações” urbanas.

As territorialidades rio-clarenses e suas correlações com a violência urbana

Atualmente em Rio Claro, a distribuição espacial dos habitantes urbanos tem um componente seletivo que considera também os rendimentos *per capita* das famílias, além de instituir um modelo de urbanização centrado em condomínios “*militarizados*” horizontais ou verticais, independentemente do seu padrão construtivo. É banida a convivência entre as diversas classes social. A militarização da questão urbana desqualifica a convivência social e acentua o individualismo, cujo resultado é a produção dos espaços urbanizados com arquiteturas fortificadas (muralhas, cercas, videomonitoramento, etc.), inculcando que os espaços públicos são lugares perigosos e de latente risco às pessoas.

Neste contexto as cidades são fracionadas por meio de inúmeras e sutis “fronteiras urbanas” que acentuam o processo de exclusão sócio-espacial, contribuindo para o incremento da violência urbana, em especial, da criminalidade. Nossas reflexões críticas, considerando a cidade fractal, levaram-nos a elaborar o conceito de *cidade constelar de criminalidade*, como sendo os espaços urbanos com incidência de crime em patamares superiores à média regional, nacional ou

internacional, distribuídos por todo ou em grande parte do seu espaço urbano, capaz de modificar a sua paisagem, além de produzir reflexos negativos à qualidade de vida dos seus habitantes. Portanto, a *cidade constelar de crime* é uma cidade violenta (em seu aspecto negativo) e o crime em profusão é consumado a todo instante, passando a se constituir num elemento naturalizado no seu cotidiano, conseqüentemente, a paisagem urbana adquire uma *fisiognomia* com feições da *racionalidade da guerra* em que predomina as arquiteturas fortificadas espalhadas por todo o seu território, resultando em segregações socioespaciais que recrudescem o sentimento de insegurança e medo com repercussões diretas na saúde pública com o aumento de pessoas que são atendidas em serviços de saúde mental. O crime passa a ser um elemento do cotidiano daquelas cidades. Conseqüentemente, a constelação de crime espalhada pela cidade institui territorialidades com inúmeras fronteiras que determinam os aglomerados de crimes cujas modalidades delitivas quase sempre não são homogêneas no espaço urbano.

A criminalidade repercutirá diretamente na valorização dos diversos espaços urbanos que compõem o território de uma cidade, reservando os espaços mais valorizados aos condomínios de alto e altíssimo luxo e as unidades condominiais de baixo padrão construtivo são empurrados para os bairros periféricos da cidade.

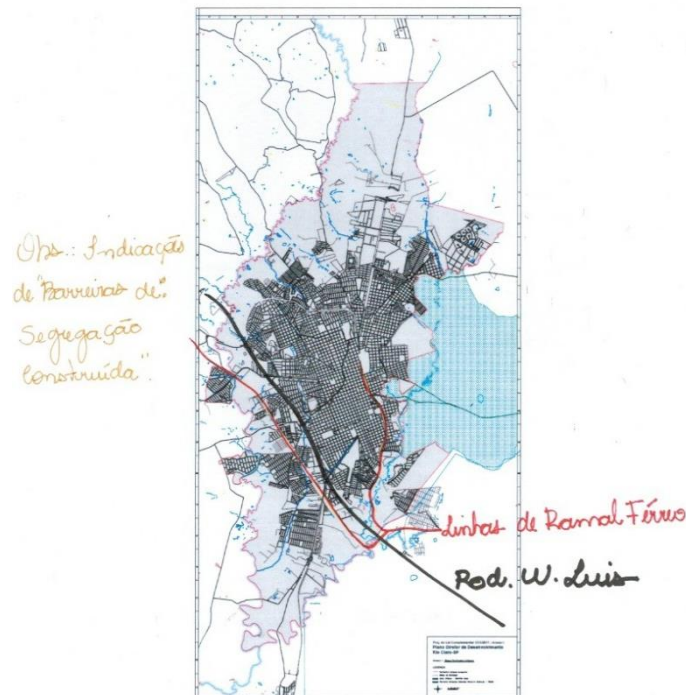
O processo expropriatório que aconteceu no espaço urbano rio-clarense jamais desprezou as barreiras naturais e artificiais existentes no município, no estratégico processo de segregação sócio-espacial, fazendo do espaço urbano um sutil regime de *apartheid*, obrigando pardos, pretos, pobres e miseráveis a ocuparem espaços territoriais bem delimitados. Até hoje, a cidade de Rio Claro ainda mantém clubes de lazer e espaços públicos segregacionistas, não estimulando a multietnia.

Num segundo momento, a segregação étnica e econômica diante do crescimento da população rio-clarense passou a adotar outras barreiras naturais e artificiais. Nesta fase, as rodovias e as vias férreas foram e são utilizadas como estratégicas barreiras destinadas a segregar as etnias e a pobreza (mapa 1). A mobilidade de algumas etnias e da pobreza ainda é restrita na sociedade rio-clarense, impondo-lhes barreiras físicas e simbólicas, sendo-lhes, conseqüentemente, negada vida digna com a mesma igualdade que desfruta os detentores da “riqueza” rio-clarense. Habitam bairros precarizados sem que disponha da mínima infraestrutura urbana ou de serviços públicos, além de cercar-

lhes acesso a inúmeros locais, como clubes recreativos, culturais, eventos sociais, etc.

Ao invés de muros (como o de Berlin), a segregação sócio-espacial em Rio Claro caminhou ao encontro dos mesmos conceitos *hausmannianos*, ou seja, a construção de obras arquitetônicas e a utilização de barreiras naturais. A população mais pobre de Rio Claro passou a ocupar um “novo” território excludente, separados por três barreiras artificiais, ou seja, a Rodovia W. Luís, Rodovia Fausto Santomauro e o “novo” traçado da via férrea. É justamente neste território excludente que atualmente são registrados a maior incidência de crime de homicídio da cidade de Rio Claro e também a elevada incidência de prisões por tráfico de entorpecentes.

Mapa 1 – Localização das barreiras artificiais no espaço urbano rio-clarense

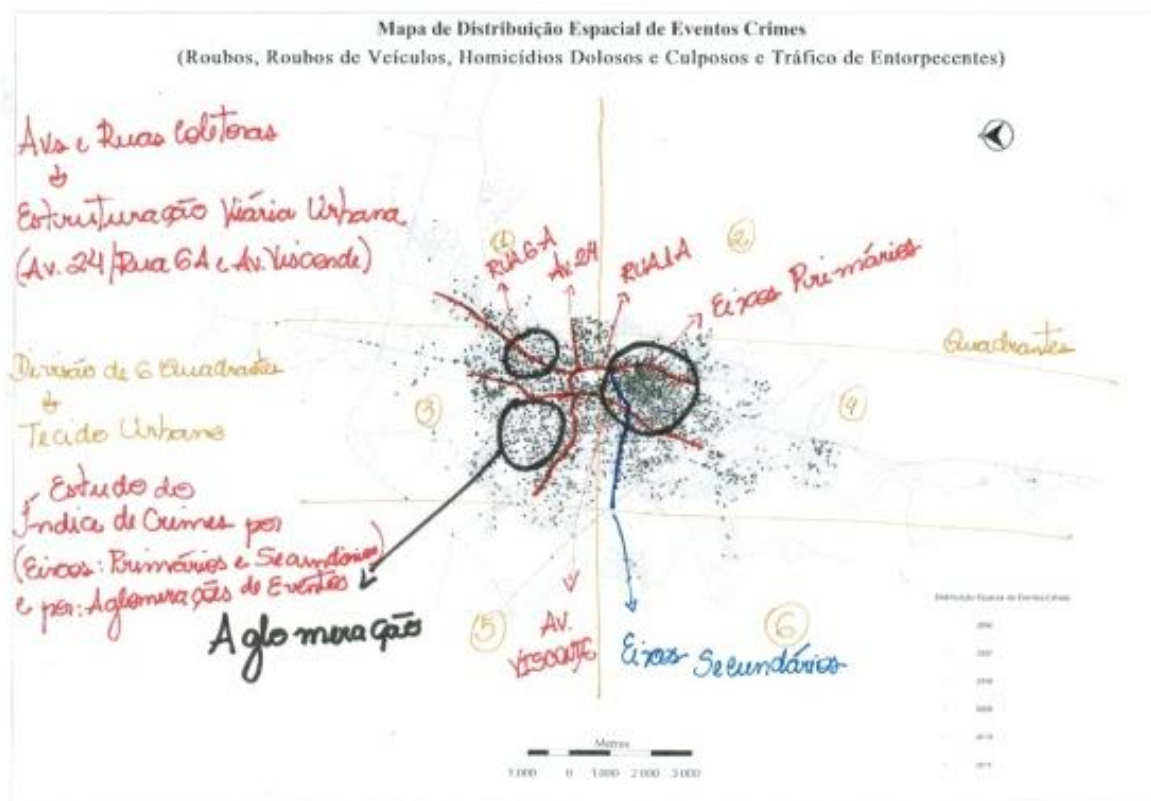


Fonte: do autor

Toda a dinâmica socioespacial imposta pelas barreiras naturais e artificiais repercutiu e repercute diretamente na dinâmica espacial da criminalidade no espaço urbano rio-clarense, quer através de eixos ou aglomerações de crimes. A cartografia das distribuições espaciais da criminalidade que confeccionamos, evidenciou que algumas avenidas expressas (coletoras de trânsito intenso) serviram como são eixos primários estruturantes de aglomerações de crimes, resultando que o espaço urbano rio-clarense apresentasse uma configuração de seis (6) quadrantes responsáveis

por instituir “barreiras urbanas” demarcatória das principais aglomerações de crimes, conforme o estudo urbanístico (mapa 2). São estudos urbanísticos que permitem verificar além das dinâmicas espaciais da criminalidade, as eventuais redes da criminalidade.

Mapa 2 – Dinâmica espacial da criminalidade violenta em Rio Claro



Fonte: do autor

Dos estudos realizados demonstraram que as barreiras naturais e artificiais não serviram para barrar ou conter os roubos, que são registrados em sua grande maioria, na região central e nos bairros “elitizados”. Porém, serviram para acentuar a exclusão sócio-espacial, jogando para o interior da região central e dos bairros “nobres” a criminalidade violenta do roubo, enquanto que o tráfico e o homicídio foram contidos ou reprimidos “além-muro”. Conseqüentemente, as barreiras naturais e artificiais existentes na cidade de Rio Claro serviram também como referenciais estruturantes da dinâmica espacial da criminalidade no espaço urbano rio-clarense, demarcando espaços de riquezas e pobreza, além de transformar em mercadoria os territórios urbanos para que na lógica capitalista, transforme os espaços urbanos

num lucrativo negócio ao valorizar ou desvalorizar seus territórios demarcados por barreiras/fronteiras inclusivas ou segregacionistas.

CONCLUSÃO

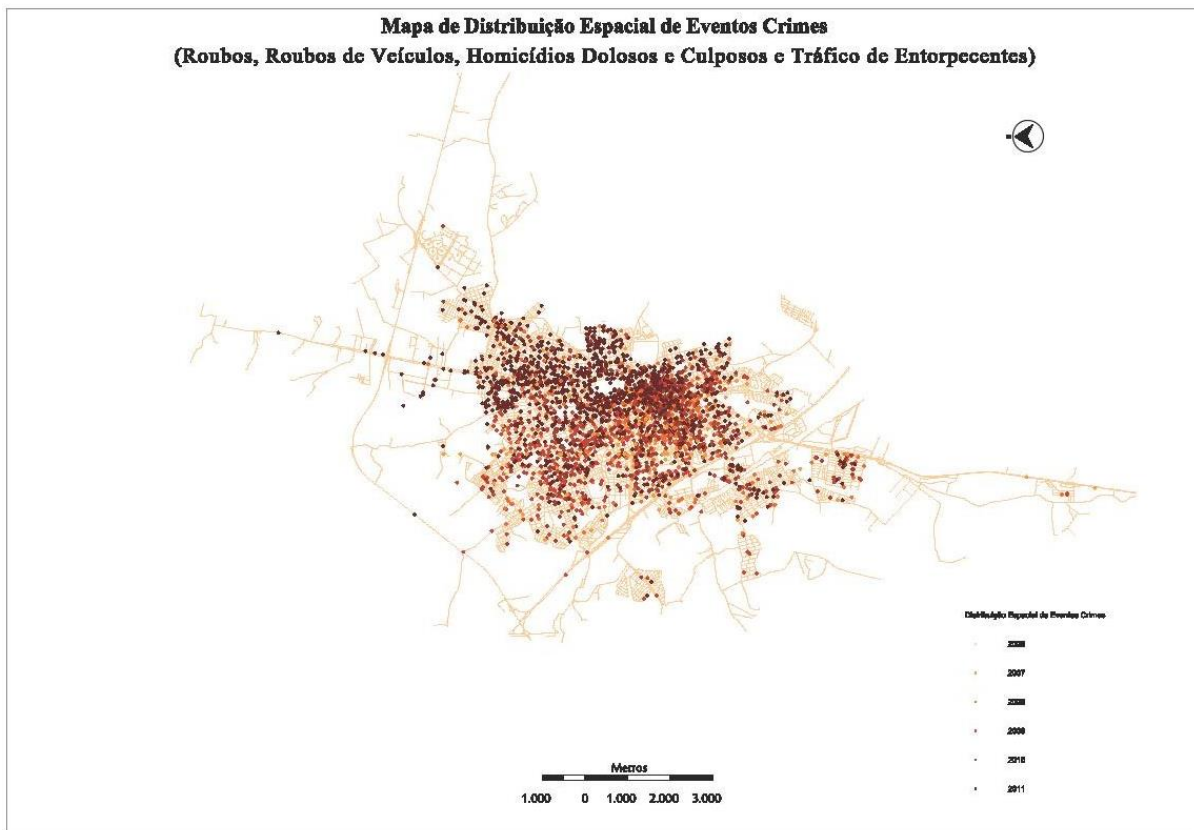
A junção de todos os crimes estudados nas bases cartográficas, além de revelar as suas dinâmicas sócio-espaciais de exclusão e da criminalidade, são imagens dialéticas que traça a *fisiognomia* da cidade de Rio Claro com sendo constelar de crimes que se espalha por todo o seu espaço urbano (mapa 3).

A distribuição espacial de todos os eventos crime (roubo, roubo/furto de veículo, homicídio e crimes de entorpecentes) numa base cartográfica revelou uma imagem dialética de uma “*nebulosa*” de crimes violentos, clara fantasmagoria que o espaço urbano rio-clarense naturalizou um cotidiano bárbaro, cingida por mortes, sofrimentos, traumas, doenças psíquicas, segregações espaciais, arquiteturas militarizadas, individualismos, incivildades, etc.. Vivendo em estado de barbárie, os rio-clarenses adotam a arquitetura *militarizada* como padrão construtivo de suas casas e dos locais de trabalho. Vivem *hermeticamente* fechados e a *urbis* rio-clarense sucumbe. Não é mais uma cidade, agora se transformou num agrupamento de guetos num regime de apartheid, com suas barreiras segregacionistas que levam avante a exclusão sócio-espacial de grande parcela dos seus moradores.

O capitalismo para sobreviver necessita de uma estética que qualifica a violência, a voracidade de se destruir o “velho” para dar espaço ao “novo”. Foi com a estética do caos (destruição/construção) que ocorreu à destruição dos “velhos” imóveis do entorno do Jardim Pública da cidade de Rio Claro/SP e a construção dos “novos” prédios comerciais e financeiros.

[

(Mapa 3)



Fonte: do autor

Flanar pelo espaço urbano rio-clarense revela em escala local a fantasmagoria da modernidade capitalista que lançou tentáculos sobre a organização espacial das cidades, obrigando o poder público a se curvar perante a indústria da construção civil e se afastasse completamente das políticas públicas de inclusão social e de integração dos diversos segmentos sociais, qualificando, dessa maneira, a dignidade humana.

Este processo excludente é imposto pela geopolítica da economia globalizada, cujos recursos e financiamentos financeiros são instituídos pelo Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, etc.. Os programas habitacionais do tipo “Minha Casa, Minha Vida” – do governo federal, segue a lógica imposta pelas políticas econômicas ditadas pelo “mercado internacional”. Nesses programas habitacionais, o modelo jurídico e financeiro, transformou o Estado brasileiro num agente financeiro do “mercado”, garantindo-lhe toda a infraestrutura para o

desenvolvimento (“progresso”) de mercadorias-signos¹ - a exemplo dos condomínios verticais e horizontais. É neste contexto que os programas habitacionais brasileiros foram inseridos no Plano de Aceleração do Desenvolvimento (PAC), criado no governo Lula e mantido pelo governo Dilma, cujo viés principal é o negócio imobiliário e o *fomento*, com recursos financeiros públicos, da indústria da construção civil. Secundariamente, os planos habitacionais visam garantir a moradia aos brasileiros.

A cidade de Rio Claro/SP foi dividida em quadrantes que servem estrategicamente ao processo de segregação entre as classes sociais. Na região norte, nordeste e sudoeste (separada pela rodovia Washington Luís) estão localizados a expressiva maioria dos condomínios horizontais e verticais destinados às classes com menores rendimentos financeiros e com baixa qualificação educacional e profissional. Na região sul e sudeste estão localizados os condomínios horizontais e verticais de alto e altíssimo padrão construtivo.

Consequentemente, o espaço enquanto produto e condição é um produto da sociedade que vai se apropriando de diferentes maneiras ao longo do seu processo de desenvolvimento histórico-material. No sistema capitalista, o entrelaçamento entre os interesses de classes ou grupos sociais são moldadas as relações sociais que repercutem nas características e identidades das pessoas daquele território, ou seja, “na territorialização do espaço, o espaço é tornado produto”. Consequentemente, “as escalas sociais e espaciais representam uma territorialidade, que se manifesta no conjunto da produção, da troca e do consumo das coisas, e, portanto, cada território possui sua territorialidade única” (GALVÃO et al, 2009, p. 43).

A *fisiognomia* do espaço urbano rio-clarense reproduz um sistema de guetos, cujos bairros mais periféricos e os que estão nos seus entornos extremos são marcados pela exclusão socioespacial, transformando-os num *hipergueto* composto por edificações de baixo padrão construtivo e o seus moradores vivem em estado pobreza ou miséria. Verifica-se, assim, que as regras que organizam o espaço urbano se transformam em padrões de diferenciação social e de separação–barreiras/fronteiras urbanas, que são variáveis diante de inúmeros fatores (econômicos, políticos, sociais, etc.).

¹ Os condomínios são mercadorias-signos de uma indústria da construção civil, com a tática de desqualificar os espaços públicos e sob a falsa ideia de “*privacidade e segurança*”, impõe a produção em série de habitações, independentemente do padrão construtivo e da faixa de rendimento da pessoa, transformando-os em enclaves fortificados.

É imposto, neste contexto, “o urbanismo militar contemporâneo que consiste na colonização crescente do espaço urbano e da vida cotidiana das cidades por uma racionalidade militar, vale dizer, por práticas e discursos que têm o centro a noção de guerra” (MINHOTO, 2012).

A paisagem urbana da cidade de Rio Claro se transfigurou como espaço de consumo de mercadorias em que as moradias de interesse social servem primeiro aos interesses do lucrativo setor da construção civil e imobiliário, conseqüentemente “o espaço entre as pessoas não é mais político e sim da mercadoria”. Conseqüentemente, a segurança e o embelezamento urbanístico são fundamentais como elemento de valorização imobiliária de um produto/mercadoria que pode ser um imóvel ou terreno, assim sendo, é uma estratégia mercadológica recorrente que também faz uso da exclusão sócio-espacial.

São as retóricas de que o espaço urbano é um permanente cenário de guerra somado com os discursos totalitários de que as organizações policiais – em determinadas ocasiões e situações, devem agir com força/violência “legal” para fazer frente ao crime, se necessário, até “suspender” as garantias fundamentais da pessoa, adotando-se “leis de emergência e mecanismos jurídicos de exceção, a ‘gentrificação’ do espaço público e a conversão de locais públicos e manifestações populares em praças de guerra” (MINHOTO, 2012) ².

Na economia globalizada a destruição é um prazer estético de primeira ordem, segundo Benjamin (1994). A fluidez não permite que os objetos sejam únicos, sem exceção, qualquer objeto pode ser reproduzido na sociedade pós-industrial – quer no espaço real ou virtual. O capitalismo impõe as desregulamentações espaciais para poder transformar o espaço urbano em mera mercadoria, substituível por “novos espaços”.

É neste contexto que Benjamin revelou a *fisiognomia* da cidade moderna como sendo o espaço de corporificação da Modernidade que produz por meio do capitalismo contemporâneo o *phantasmas-ágora*, ou seja, a política se confunde com a economia para que nada mais escape as determinações do mercado.

²Se o processo de *gentrificação* tem por característica o “*enobrecimento*” do espaço público, não passou de estratégia utilizada no passado por Haussmann, na cidade de Paris, como também em cidades brasileiras com apelo “*sanitarista*”. O conteúdo do seu discurso é revitalizar áreas urbanas degradadas, porém, sempre trouxe de forma subliminar os interesses *ocultos* de privilegiar os interesses políticos e econômicos que favoreçam o capitalismo. Raramente, o processo de *gentrificação* é realizado nos bairros excluídos sócio-espacial, porém, quando acontece são imbricados de interesses ocultos da política e da economia.

Revelou também que o militarismo tem uma compulsão pelo uso generalizado da violência como meio de garantir os interesses do Estado. Como já dito, o Estado atualmente não passa de um mero agente do “mercado”, portanto, é neste contexto que a cidade de Rio Claro “optou” por um “urbanismo militarizado”.

Revelaram nossas pesquisas de que quanto mais partido é o espaço urbano rio-clarense, mais violenta ficou a cidade, inclusive, com o aumento da criminalidade violenta. A fragmentação do espaço urbano produz inúmeros territórios com características próprias e excludentes, favorecendo a criminalidade e ao mesmo tempo promove o enfraquecimento da sociedade. Segundo Gomes (2005) a criminalidade é multiforme e crescente, penetrando na estrutura social por meio das inúmeras oportunidades existentes no espaço urbano, desde os espaços ocupados de forma irregular (como invasões) como também os espaços murados (condomínios fechados). São formas que promovem o afastamento entre territórios e que aprofundam o processo de segregação sócio-espacial, cujo quadro é agravado pela violência.

Flanando pela cidade de Rio Claro percebemos que ela está partida, “cravada por muros visíveis e invisíveis que a esgarçam em guetos e fortalezas, sitiando-a e transformando seus espaços públicos em praças de guerra” (ROLNIK, 2012, p.10). A exclusão territorial promovida também pelo processo de gentrificação com as suas fronteiras urbanas produz uma cidade dualizada entre centro/periferia em escala local que impõe os padrões de territorialização da exclusão/inclusão social que transformam a cidade em mosaico, cujo resultado é a “fragmentação sócio-territorial da cidade, que compartimentaliza os espaços, promovendo uma vida urbana confinada em geografias controladas, protegidas ou vulneráveis, de alta e baixa renda.[...] A cidade fractal é assim uma anticidade” (ROLNIK, 2012, p. 76-7).

As fronteiras internas, que agora assumiram a materialidade física dos muros, grades e guaritas, sitiaram a cidade e confinaram os cidadãos a uma vida apenas entre familiares e iguais. A cidade fractal é assim uma anticidade, que se debate para estabelecer bases de novos padrões de urbanidade, fundados na negação da heterogeneidade, que paradoxalmente é sua verdadeira fonte de potência. [...] fantasmática aparece ameaçadora nas telas dos circuitos fechados da vigilância privada, utilizados para controlar os acessos de indesejados e evitar possíveis roubos e ataques

exteriores, fazendo de cada fragmento urbano uma fortaleza, sitiada pela violência objetiva e subjetiva (ROLNIK, 2012, p. 77).

Flanar pelo espaço urbano rio-clarense é decifrar sua paisagem permitiu-nos constatar que o assentamento de poucas pessoas que originou o primeiro povoado se transformou e foi reinventada como uma “*cidade fractal*” composta por inúmeros guetos e fortalezas, separados por fronteiras urbanas reais e simbólicas, cuja multidão perambula melancolicamente por suas ruas e avenidas.

O processo de gentrificação, segundo Smith (2007, p. 29) *é uma fronteira na qual fortunas são criadas*, enquanto que para os trabalhadores é uma *fronteira política* cuja marco é organizar e avançar para retomar o controle de seus lares. Na prática, no espaço urbano rio-clarense o processo de gentrificação instituíram novas barreiras/fronteiras urbanas que acentuou a exclusão sócio-espacial, com reflexos diretos no incremento da criminalidade.

REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, C.. ***A solução é derrubar***. Urbanismo, São Paulo: Revista Veja, edição 1938, de 11 de janeiro de 2006

ARANTES, O; VAINER, C; MARICAT, E..***A cidade do pensamento único: desmanchando consenso***. Petrópolis: Ed. Vozes, 3ª ed., 2002

BANFIELD, E.C..***The unheavenly city: the nature and future of four urban crisis***. Boston: Little and Brown, 1968

BENJAMIN, W. ***Sobre o conceito da História*** in Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da Cultura (Obras Escolhidas; v. 1); trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Ed. Brasiliense, 7ª ed., 1994 (10ª reimpressão, 1996)

CALDEIRA, T.P.R. ***Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo***. Trad. de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2ª ed., 2003.

CASTELLS, M..***The wild city***.Princeton: Princeton University, Press *Kapitalistate* 4-5 (Summer), 1976

GALVÃO, A.R.G.; FRANÇA, F.M.; BRAGA, L.C. ***O território e a territorialidade: contribuições de Claude Raffestin***. In: Leituras do conceito de território e de processos espaciais. Marcos Aurélio Saquet, Edson Belo Clemente de Souza (org.) – 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009

- GOMES, C. A. C. **Espaço urbano e criminalidade: uma breve visão do problema.** *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, v. 7, n. 11, p. 57-67, jan.2005
- LACOSTE, Y. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** Trad. Maria Cecília França. Campinas: Papirus, 1988.
- LONG, N.. **The city as reservation.** London: Routledge, PublicInterest 25, 1971
- LÖWY, M. **Ideologia e ciência social: elementos para uma análise marxista.** São Paulo: Cortez, 1985
- _____. **Barbárie e modernidade no século XX.** In: BENSALID, D.; LOWY, M. *Marxismo, modernidade e utopia.* São Paulo: Ed. Xamã, 2000, pp.46-57
- MINHOTO, L.D. **A lógica do conflito urbano.** São Paulo: Jornal O Estado de São Paulo, p. J3, edição de 14/10/2012
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993
- ROLINK, R. **São Paulo.** 3ª.ed. - São Paulo: Publifolha, 2012
- SAMPAIO, R.A. **Da noção de violência urbana à compreensão da violência no processo de urbanização: apontamentos para uma inversão analítica a partir da Geografia Urbana.** São Paulo: (dissertação mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2011
- SMITH, N. **The new urban frontiers: gentrification and the revanchist city.** New York: Ed. Routledge, 1984
- _____. **Gentrification and uneven development.** *Economic Geography* 58 (2) (April), 1982
- _____. **Gentrification, the Frontier, and the Restructuring of Urban Space.** In: *Readings in Urban Theory* edited by Susan S. Fainstein and Scott Campbell. Cambridge, Massachusetts: Blackwell Publishers, 1996
- _____. **New Globalism, New Urbanism: Gentrification as Global Urban Strategy,** Graduate Center, City University of New York, 2005
- _____. **Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbana.** In: *Revista GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, nº 21, pp. 15-31, 2007
- STERNLIEB, G.. **The city as sandbox.** London: Routledge, PublicInterest 25, 1971
- WACQUANT, L. **As prisões da miséria.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001
- ZALUAR, A. **Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil.** In. SCHWARCZ, Lilia Mortiz (Org.). *História da Vida Privada no Brasil.* São Paulo: Cia. das Letras, 2000